

JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA: idéias para uma ação de governo

EDSON CARVALHO VIDIGAL*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Justiça

Não se pode protelar mais a reforma do Judiciário. Dos três Poderes, o Judiciário é o único que ainda se mantém como se o País fosse o mesmo, desde 1889, quando foi proclamada a República.

Naquele tempo, o País era rural, os conflitos em torno de direitos eram mínimos, o que fazia dos Juízes, no geral, figuras rebuscadas, de fala prolixa, escrita enfadonha. O Judiciário de então existia mais para dar “quorum” na composição com três Poderes - executivo, legislativo e judiciário.

Mas agora, estando o País com uma Constituição Federal das mais avançadas no mundo em se tratando de direitos individuais e coletivos, temos é que resgatar, urgentemente, o Judiciário para que, modernizado, possa responder com eficácia aos desafios destes novos tempos.

Daí a urgência da reforma que, numa expressão feliz do Presidente Sarney, “deve ser feita com os juízes e não contra os juízes”. Afinal, serão eles que irão operar o direito buscando a justiça no novo formato de Judiciário, decorrente das reformas reclamadas pela sociedade.

Porque nunca temi polêmicas, estou à vontade para defender, por exemplo, a atribuição de poderes ao Supremo Tribunal Federal para que passe a atuar exclusivamente como Corte Constitucional. Outros países, cansados de ditaduras, como a Espanha e Portugal, consolidaram



*Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir da Constituição de 1988.

suas democracias entregando a guarda do Estado de Direito às suas Cortes Constitucionais.

Só assim, liberando os Ministros do Supremo Tribunal Federal dessa rotina em que o trabalho de despachante, braçal, compete vantajosamente com o trabalho intelectual; em que os mais de dez mil processos distribuídos por mês para cada um quase que lhes impede de viver como gente e até mesmo de pensar com calma; só assim com juízes entregues à tarefa única de pensarem o direito exclusivo da Constituição, teremos o ponto de partida ao encontro do moderno e eficaz Poder Judiciário de que a sociedade precisa.

É que as pendengas do dia a dia se vinculam mais ao direito federal comum, infraconstitucional, do que às controvérsias interpretativas da Constituição. Resolvido, então, que esse direito estará, todo ele, na jurisdição dos Tribunais Superiores e erigido o Supremo Tribunal à condição exclusiva de Corte Constitucional, faltará pouco para que tenhamos um Judiciário mais ligeiro e eficaz.

Passo seguinte seria a criação de um Conselho Nacional de Justiça, órgão central do sistema com funções de planejamento e acompanhamento e, também, correccionais. Para se defender dos juízes preguiçosos e dos corruptos, que estes também os há, a sociedade não tem hoje onde se queixar.

Com a súmula vinculante extensiva às questões administrativas nos três Poderes reduziremos a papelada de que se queixam os juízes a mais da metade. Sei que há muita opinião contrária à ideia. Não compreendo como a súmula vinculante, adotada com sucesso em países igualmente civilizados, possa prejudicar a independência de algum Juiz que for obrigado a aplicá-la.

O Conselho Nacional de Justiça e a Súmula vinculante redundam numa agenda para grandes e proveitosas discussões. E

quererei estar participando delas. Não temo a polêmica. Quem, temendo a polêmica, não se arrisca a coisa alguma, preocupando-se só em ficar de bem com todo mundo, não consegue mudar nada, não melhora o mundo em nada. O País precisa dessas discussões, sadias e serenas.

Lógico que não se terá assim, só por isso, estancado a morosidade da Justiça, motivo de queixas maiores de todos nós. Cuidamos aqui das salvaguardas, assegurando a independência dos juízes mas sem deixá-los atoa na vida, sem um órgão de gerência nacional e sem um comando definitivo da jurisprudência de natureza constitucional e infraconstitucional.

Mais cuidados teremos que ter quanto aos ritos procedimentais, ou seja, quanto ao direito processual. É sabido que as normas do processo se destinam a assegurar o direito de igualdade entre as partes litigantes. O direito processual é um meio e nunca um fim. Não obstante, elucubrações acadêmicas que se arrostando por décadas inventam e impingem tantos meneios que, a certa altura, discute-se mais o processual e suas armadilhas do que a causa originária, o direito entre as partes, a reivindicação de cada um para que se faça Justiça.

Estou entre os que defendem reformas urgentes na legislação processual civil e penal, revogando-se as normas que acobertam procrastinações que, no final, atendem mais ao poder público quando, na contenda, está do outro lado o cidadão comum. Decisão judicial é para ser cumprida de imediato. Nada de adiamentos, de recursos inúteis que só servem para aumentar o descrédito dos brasileiros na eficácia da Justiça.

Outras idéias, quanto ao Judiciário, suscitam meu interesse. Mas não podemos exaurir tudo como num samba de uma nota só. Nada é tão simples como pode parecer à primeira vista. O que pretendo, por enquanto, é tão-somente sinalizar que questões como esta, da reforma do nosso Judiciário, me interessam muito numa agenda de princípios para a ação.

Glossário

Conselho Nacional de Justiça. Órgão central do sistema. O judiciário hoje não tem comando. Cada Tribunal é uma ilha autônoma, independente. Fazem o que bem entendem em termos administrativos. Só estão sujeitos ao controle jurisdicional, ou seja às decisões judiciais contra as quais caiba recurso. Em termos de despesas e ações administrativas, correcionais, etc. fazem o que bem entendem. A idéia de criação do Conselho Nacional abrandava um pouco a polêmica sobre o temido controle externo e não se falando mais nisso, que assusta a gregos e baianos, fala-se então num Conselho Nacional como órgão de planejamento, coordenação, acompanhamento e também correcional.

Correcional. Vem de correição, de correção. Antes eram as chamadas Corregedorias judiciárias que impunham temor aos juízes preguiçosos e também aos corruptos. O Corregedor era uma figura temida. Depois foram ficando íntimos e o espírito de corpo foi se ampliando e ninguém acredita mais em corregedoria interna, desembargador corrigindo colega, etc. Usam esse poder para “enquadrar” juízes que não rezem a ladainha que rezam. Então, a idéia do Conselho Nacional de Justiça, também com funções correcionais, indica que haverá no País um órgão superior, nacional, sem espírito de corpo, com poderes para investigar qualquer juiz, desembargador ou ministro, em qualquer parte e a qualquer momento. A outra polemica é quanto à composição desse Conselho. Não convém falar nisso agora. (O ideal seria um Min. Do STF (presidente), um do STJ (corregedor), dois dos tribunais superiores indicados pelo STJ, um representante da OAB (que ficaria impedido de advogar enquanto membro do Conselho), o Procurador-Geral da República e um membro indicado pelo Congresso Nacional (sem mandato eletivo) dentre os representantes dos partidos com assento no Congresso. Mas isso é negociável.

Súmula Vinculante. Foi Vitor Nunes Leal, ex chefe da Casa Civil de JK no Catete, quem, depois como Ministro do Supremo, inventou a

Súmula no Brasil. É uma diretriz resultante de inúmeras decisões tomadas num mesmo sentido sobre casos idênticos. Serve como indicativo, como bússola. Ou seja, em termos de direito comparado, quer-se se saber como no passado se resolveu determinada questão. A súmula então responde – foi assim. A origem é o líder-case da Suprema Corte americana. Lá quando se resolve sobre determinado assunto nada mais se questiona em qualquer tribunal sobre o mesmo assunto. A ideia nossa melhora, flexibiliza. Quando o Supremo ou os Tribunais superiores tiverem diversas decisões no mesmo sentido sobre questão idêntica, sumula-se e isso passa a ter efeito vinculante para todos os órgãos do judiciário e da administração pública e, administrativamente, também do legislativo. (A OAB chia porque muita gente vai deixar de ganhar dinheiro com o fim da morosidade). A viabilização disso dar-se-ia mediante simples emenda na Constituição adotando o efeito vinculante, na forma da lei complementar e na lei complementar então estabeleceríamos as condições para criação e revogação, quando for o caso, das súmulas.

Infraconstitucional. Tudo que não faz parte do direito positivo constitucional. Toda legislação que a Constituição autoriza para a lei complementar ou para a lei ordinária. Os Tribunais superiores cuidam das questões infraconstitucionais. O Supremo, a rigor, só deveria cuidar de matéria constitucional. Acontece que por algumas deformações resultantes da falta de clareza da Constituição cidadã, os Ministros do Supremo ficam se metendo em questões infraconstitucionais e isso gera insegurança jurídica porque volta e meia o STJ, por exemplo, faz de um jeito em matéria infraconstitucional e vem o STF e faz de outro. Resultado, o STJ não está respeitando muitas decisões do STF por entender que elas são abusivas, invasivas da competência do STJ. Por isso, a proposta para a transformação do STF em Corte exclusivamente constitucional.

Corte Constitucional. A idéia seria uma corte só para cuidar da interpretação da Constituição, mais pensativa, como as européias e a

norte-americana. Os Ministros teriam mandado de oito anos, renováveis por mais quatro, nunca coincidindo o término com o do mandato do Presidente da República que o indicou.

(Estas idéias podem ser aproveitadas em artigos para jornais ou entrevistas à imprensa ou em palestras. O texto fica original para Roseana, não faz parte de nada do que escrevi até agora. Qualquer novo esclarecimento, é só acusar. Via e-mail.)

O próximo texto será sobre sistema penitenciário e o outro sobre violência urbana.